

POLÍTICAS PÚBLICAS NO FUNDAMENTAL I: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA TERTO VENÂNCIO, NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Yanne Nayara de Souza lima¹

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan²

RESUMO

Sendo as políticas públicas uma das principais ferramentas do estado para a promoção do bem-estar social, sendo atreladas a educação tem o poder de desenvolver ricos e promissores projetos, com intuito de desenvolver o sistema educacional. O objetivo geral do trabalho é analisar a importância que as políticas públicas têm dentro do ambiente educacional. Com os objetivos específicos de apresentar os projetos educacionais, peteca, viajando na leitura, feira cultural da história e roda de conversa, trazendo à tona a comprovação da relevância desses projetos, e como tem importância para o ambiente educacional assim como no cotidiano da escola municipal Terto Venâncio. Em uma pesquisa de estudo de caso, sendo utilizado como fonte de pesquisa bibliográfica, artigos no google acadêmico, SciELO, e entrevista com a então gestora escolar. O presente trabalho descreve cada projeto relatando os métodos adotados e ferramentas utilizadas pela gestão, além de expor quais as melhorias que os projetos trouxeram para a realidade da escola e para a vida dos alunos, e quais melhorias precisam ser realizadas. Os resultados obtidos vieram através do entusiasmo dos alunos com a leitura, além da participação nos projetos escolares uma das principais melhorias adquiridas através das políticas adotadas pela escola. Tornando concreto a importância e a influência que as políticas públicas têm dentro do ambiente educacional.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação básica; Ensino fundamental

¹ Discente do Curso de administração pública da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira – UNILAB.

² Orientadora. Doutora em Ecologia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - ESALQ/USP.

Data de submissão e aprovação:14/11/2023

1. INTRODUÇÃO

O principal intuito do sistema educacional brasileiro, é estabelecer os direitos que garantem a educação de qualidade a todos, está previsto no artigo de nº 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, estabelece as instituições educacionais em partes são as grandes responsáveis pela construção de um indivíduo, instruído socialmente e intelectualmente. Ao iniciar sua trajetória, perante desafios de novas experiências no ambiente escolar, e dentro das instituições de ensino, a criança passa a dar os primeiros passos para o início da construção da sua essência, conhecer aos poucos a sua personalidade, através dessas descobertas, tornar aos poucos um cidadão instruído perante a sociedade.

Com o objetivo de estudar as políticas públicas educacionais direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, este estudo busca investigar dentro de uma escola municipal de ensino fundamental I, quais projetos existem e se destacam no cotidiano da instituição, e posteriormente apresentar a importância que as políticas públicas apresentam frente a qualidade e desenvolvimento do ensino público, e sua influência dentro do ambiente educacional.

As políticas públicas em seu conceito geral, têm como grande prioridade atender as necessidades da maioria, bem como os apelos da sociedade mais carente, atendendo a todos sem exceção. Assim como o poder de garantir os direitos dos cidadãos frente ao acesso a saúde, educação, moradia, transporte, saneamento, segurança, e inúmeros outros vieses, por consequência de seus benefícios, as políticas públicas auxiliam no desenvolvimento social.

O caminho percorrido na trajetória do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, traçavam-se os marcos e acontecimentos do país, onde era refletido a situação em que o Brasil se encontrava no período, em meio aos desafios e conflitos políticos, a princípio, devido o interesse escasso sobre a influência das políticas públicas para a sociedade, a mesma se direcionava principalmente ao ramo da economia, da organização da sociedade e as separações de classes.

A escola pública passa por muitos problemas e fazer o uso das políticas públicas como ferramenta para ultrapassar os obstáculos diários, auxilia para o crescimento de um país, levando em consideração todos os âmbitos. O governo decretou leis e normas para garantir que as necessidades da população fossem atendidas, frente aos níveis de urgências, assim como é estabelecido no ciclo da política pública.

O entrelaçamento entre políticas públicas e educação tem muitos aspectos positivos, exemplo disso são as políticas educacionais, que posteriormente vieram a resultar em melhorias significativas na qualidade de ensino, nas estruturas das instituições, e também na ampliação de ofertas de práticas esportivas dentro da escola, assim como avanços no sistema educacional.

As leis e normas, no que se refere a educação vem com intuito de edificar o sistema de ensino, melhorar como um todo o ambiente que trarão novos cidadãos para a sociedade. Onde

anteriormente eram como quartéis, com regras rígidas e crianças sendo tratadas como se fossem adultos, as políticas públicas educacionais atreladas com a constituição federal de 1988, carregaram o dever de garantir o direito a educação de qualidade e respeito dentro do ambiente escolar.

Em uma visão geral, a educação é capaz de ampliar todos áreas através do conhecimento, a mesma é o ponto essencial para o desenvolvimento de um país. É através da educação que os professores nascem, tornando-se responsáveis por instruir e ensinar todas as profissões. No que se diz respeito a organização estrutural do sistema educacional, a educação é dívida entre a educação básica e o ensino superior.

A educação básica consiste em ser o período indispensável tanto para a vida acadêmica, quanto para a carreira profissional. A educação básica como o próprio nome estabelece é a base da construção intelectual, é um fator determinante no que se diz respeito ao futuro, na procura de emprego, na admissão em universidades, e tantas outras oportunidades que este período dará, se bem aplicado e bem assimilado.

Em virtude de todos os anos de vida acadêmica e experiências vividas no ambiente escolar, a motivação da escolha do tema estudado, se desdobra sobre políticas públicas, trabalhado de uma forma ampla, durante um período de prestação de serviço em uma escola de ensino fundamental, no município de Redenção. No decorrer da graduação no curso de administração pública, políticas públicas é um tema muito trabalhado de uma forma geral nas disciplinas do curso de administração pública.

Redenção apresenta muitos projetos educacionais, como a vida com novos olhos que foi um projeto criado no ano de 2023 para melhorar a qualidade da educação, através da visão, fazendo exames de vista, e distribuindo óculos de grau para os que estão precisando; criança alfabetizada que apoia a alfabetização na idade certa, busca ativa escolar que tem como objetivo reviver a frequência escolar dos alunos das escolas do município, esses projetos foram criados pela prefeitura de redenção, frende aos desafios que o município enfrenta.

O trabalho em seu roteiro, segue um caminho dividindo-se entre políticas públicas, políticas públicas no brasil, políticas públicas e educação, educação básica, políticas públicas educacionais na cidade de redenção e políticas públicas na escola Terto Venâncio:

No item II, adentra no referencial teórico, onde é apresentado em um contexto bibliográfico, foi descrito a origem das políticas públicas em um âmbito geral, a trajetória e crescimento dentro do sistema público, sua etimologia, conceitos, autores e o pôr fim ao ciclo das políticas públicas que demanda o trajeto que se deve ser seguido para uma política pública bem-sucedida.

No item III, é apresentada as políticas públicas no Brasil, os marcos históricos que levaram a criação de ações da parte do governo frente as situações presentes na época, além de citar programas que tiveram destaques na área de políticas públicas.

O item IV, é abordado o tema educação e políticas públicas como um importante entrelace para a sociedade, apresentando programas que foram de extrema importância na educação brasileira, ainda apresenta os resultados obtidos pelos programas.

A educação básica é tratada no item V, decorre sobre a estrutura da educação básica e as políticas públicas educacionais. Decorre por todas as etapas da educação básica e a idade convencional de cada período.

Políticas educacionais na escola Terto Venâncio é apresentado no VII item, detalha a pesquisa de campo, a entrevista feita com a gestora escolar sobre as políticas públicas educacionais que a escola recebe e promove no decorrer do ano.

O objetivo geral do trabalho é analisar a importância que as políticas públicas têm dentro do ambiente educacional. Os objetivos específicos são analisar as políticas públicas presentes na escola municipal Terto Venâncio, apresentar os benefícios que as políticas públicas trouxeram para dentro da escola.

Tem-se como base para o resultado da pesquisa um caso em específico que poderá ser expandido futuramente. O problema da pesquisa foi direcionando para a área de políticas públicas na escola municipal de Redenção-CE, Terto Venâncio, a pesquisa como estudo de caso, tendo como uma irresolução, de que ao desenvolver as políticas públicas no ambiente educação, estará sendo como aliada para trazer melhorias, ao analisar como a escola adota e trabalha as políticas públicas dentro da escola e seus resultados será sanadas as imprecisões.

7. METODOLOGIA

Esse estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa aplicada. Para um melhor desenvolvimento dos objetivos e melhor entendimento da pesquisa, a mesma é observada e classificada como pesquisa exploratória. Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos, na busca e alocação de conhecimento sobre políticas públicas no ensino fundamental I, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores da área de políticas públicas.

A pesquisa assume como estudo de caso, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através de levantamento bibliográfico. Foram usadas também como fonte de coleta repositórios científicos, tais como scielo, portal de periódicos da Capes, artigos no google acadêmico. As pesquisas foram realizadas utilizando como palavras chaves, educação, políticas públicas, Estado (como principal interventor social) e a escola (vivência).

O processo de seleção e leitura dos materiais científicos se deu com base em pesquisadores da área, como é o caso de Zabalza que é um estudioso da área de desenvolvimento e educação infantil com vários trabalhos sobre essa temática. No que tange o termo políticas públicas se fez uso de estudos publicados por Celina Souza autora de destaque no território nacional, onde ela abrange o tema desde sua conceituação até sua relação estatal em diferentes épocas.

Com isso foi possível relacionar a teoria juntamente com a prática. Tendo em vista que pesquisa se deu em uma instituição de ensino fundamental onde se aplicou políticas públicas

internas que são trabalhadas apenas com os alunos e externas que são partilhadas com a comunidade, para o desenvolvimento das crianças então matriculadas. Com aplicação da entrevista com a então diretora da escola, esteve presente na reunião as duas secretarias, foi possível diagnosticar como os projetos peteca, viajando na leitura, feira cultural, roda de conversa, se aplicam na prática. Onde entra a necessidade de avaliação das políticas implementadas, desse modo resultando na sua manutenção. Diante da particularidade de cada região e escola onde a mesma é aplicada.

A realização de uma entrevista, que foi feita através perguntas relacionadas a políticas e projetos públicos, ambas buscavam identificar de forma clara como a escola vivenciava na prática as políticas implementadas na prática. Tais como seus resultados no desenvolvimento das crianças e as dificuldades encontradas pela gestão e professores. Posteriormente a isso foi feito o cruzamento de dados bibliográficos, juntamente com os resultados obtidos na pesquisa de campo, com a finalidade ter um diagnóstico na real situação no que tange a teoria à prática.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo sido originado de muitos significados, o conceito de política pública está atrelado diretamente a palavra política que do grego *politiki*, é definido como sociedade organizada, sendo utilizado esta definição umas das principais para detalhar os conceitos de política. Posteriormente é apresentado a conexão com a palavra *polis* (cidade-estado), que tem a percepção e ideais de liberdade e autonomia.

As políticas públicas são representadas por Souza (2006) como um cenário em que o ator principal é o governo, suas ações e seus resultados é posto em destaque. Lynn (1980) e Peters (1996) concordam com as definições de Souza (2003), em que determinam as políticas públicas como uma junção de atitudes e /ou ações tomadas pelo governo, seja ele nacional, estadual ou municipal. Focando na visão social Lynn (1980) ressalta que as ações do governo têm efeitos específicos, nem sempre positivos, Peter complementa com a definição do público-alvo, sendo os cidadãos os que serão afetados com as consequências dessas ações.

Anteriormente postergada a área das políticas públicas como ferramenta de absorção de conhecimento, foi ganhando força ao decorrer do tempo em que foi sendo analisada e estudada. Souza (2006) define a criação das políticas restritivas de gastos um dos principais motivos da proeminência da área, em que se propagou por todos os países.

As políticas públicas não estão interligadas a uma única área específica, podendo se fazer presente em diversas formas e véis, desde a área econômica com programas de auxílio para erradicar o nível de pobreza, até no meio ambiente com projetos de coletas sustentáveis ou plantações de mudas, é um mar de alternativas.

A política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre

Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

A guerra fria traz à tona além da valorização da tecnologia, a política pública como uma importante ferramenta de tomada de decisão do governo. Robert McNamara encorajou a criação da RAND Corporation (Research and development Corporation), que hoje é considerada um think Tank (fábrica de ideias), afirmando a relevância de utilizar as políticas públicas como ferramenta de reverter contingências em todos os setores, e com isso trazendo melhoria e bem-estar social mundial. (Souza,2006)

O governo tem o poder e liberdade de criar políticas públicas, porém mesmo com toda sua autossuficiência, o estado é influenciado por variados fatores internos e externos, dentre esses a pressões de grupos de interesse e movimentos sociais, vão variar dependendo do tipo de política pública que está sendo implementada. Além de seguir o ciclo das políticas públicas.

Souza (2006) denomina o ciclo das políticas públicas como processo dinâmico de aprendizagem. Estabelece a importância do planejamento prévio, e que bem utilizado resultara em políticas públicas bem planejadas e de excelente qualidade. O ciclo das políticas públicas é composto por 5 estágios: Construção de agenda; Formulação da política; Processo decisório; Implementação; Avaliação.

A identificação do problema é de fato a primeira etapa da construção da agenda, é o processo em que os problemas são analisados, os que consistem maiores urgências, tendo em vista que, não são todos os problemas que chegam a entrar na agenda, são somente os chamados problemas públicos, que são os problemas estabelecidos de maior urgência. A etapa de construção da agenda, investiga os problemas públicos com base em estudos, além de buscar evidências, avaliar os custos, os benefícios e principalmente os riscos que serão demandados para a implementação da política pública, se não haverá nenhuma política semelhante vigente.

Após a identificação dos problemas públicos, serão enfim adicionados a agenda, tendo sido selecionado quais problemas são de mais valia para o governo e de maior teor emergencial para entrar ou não na agenda, identificando as causas do problema, também identifica o seu público-alvo.

A agenda governamental é constituída pelo conjunto de problemas públicos reconhecidos como prioritários e de maior relevância pela sociedade e pelo governo, que deverão ser solucionados com maior urgência. Os problemas são escolhidos por influência social e pelo governo. É analisado também os custos e viabilidade de solução do problema.

A etapa de identificação de alternativas segue o estágio de formulação da política, tem o intuito de traçar meios de solucionar os problemas públicos da agenda, é através das alternativas que é discutido as ideias viáveis, os objetivos que estarão atreladas a política pública.

Após analisar todas as alternativas que foram anteriormente apresentadas e discutidas, dá-se início ao processo decisório, período de tomada de decisão, onde são definidos os prazos da política e o planejamento pronto no papel.

Após a tomada de decisão, escolhida a que melhor seria atribuída ao emergencial problema. É necessário traçar estratégias antes da implantação, estando com tudo em mãos, objetivos, custos, benefícios, até mesmo as margens de erro. O processo de formulação de políticas pública é aquele que o governo utiliza para representar seus propósitos através de programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas.

A etapa de implementação das políticas públicas, em síntese é a concretização do plano estabelecido no papel, tendo sido escolhido após os discursões que foram elaboradas e analisadas anteriormente. A operação está presente após a implementação para garantir que as etapas se concretizem assim como foi planejado, e que os objetivos sejam alcançados.

Por fim o estágio de avaliação, que não só está presente ao fim do ciclo, como em todas as etapas têm tipos de avaliações gradativa, para obter melhores resultados. A avaliação tem como função registrar a repercussão obtido, os resultados alcançados através da política pública implementada, além de dar o selo de aprovação, ou reprovação, se o problema foi resolvido ou se a política continuará em vigor.

3. POLÍTICAS PUBLICAS NO BRASIL

O Estado é responsável por gerir o país, é dividido em 3 poderes independentes que se complementam, o poder legislativo que é responsável por elaborar e aprovas as leis e fiscalizar o executivo, é representado pelos deputados federais e senadores no congresso nacional, pelos deputados estaduais na assembleia legislativa e pelos vereadores na câmara municipal. O poder judiciário que fiscaliza e julga o cumprimento das leis, trazendo a paz social, representado pelos fóruns locais, Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Federais, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. (STF)

A administração sendo utilizada de maneira eficiente é uma importante ferramenta para o desenvolvimento humano, desempenhada por pessoas que buscam o mesmo objetivo, o bem comum. Maximiano (2006) afirma que “Administração é o processo de tomar decisões sobre objetivos e utilização de recursos. O processo administrativo abrange cinco tipos de funções: planejamento, organização, liderança, execução e controle”.

A administração pública como o nome revela, trata e desenvolve os interesses públicos, Meirelles (2004) afirma que a Administração Pública significa a totalidade de serviços e entidades ligados ao Estado, com intuito de atender as necessidades coletivas por intermédio das políticas públicas.

A política pública é classificada como uma das áreas da ciência política, em virtude deste fato, as políticas públicas brasileiras começaram a ser criadas atreladas ao cenário político do país, bem como sendo utilizadas como ferramentas de campanha política. O conceito de

políticas públicas faz-se referência ao estudo “Estado em ação”, que denomina o estudo das políticas públicas como uma análise das ações do estado.

Em 1930 foram registradas uma das primeiras atividades que se assemelhava ao que atualmente chamamos de políticas públicas, encontradas na história do Brasil. O período da era Vargas teve muita importância no que se refere ao olhar do governo para a sociedade enquanto política, já em relação a sociedade também houve efeitos positivos, principalmente para os trabalhadores, através da criação da consolidação das leis trabalhistas (CLTs).

Foi a partir de 1970, que o estado recebeu para si o papel principal de criador de políticas públicas, para promover o bem-estar social, e desenvolvimento econômico do país. Nesta mesma época o interesse e pesquisas na área de políticas públicas foi evoluindo, principalmente para sanar indagações sobre a veracidade dos benefícios reais das políticas públicas para a sociedade. e se atingiriam todas as perspectivas que anteriormente foram planejadas.

Para reduzir a repressão do governo na sociedade, o período da ditadura militar (1965-1985) atuou em oferecimento de serviços e ações. Posteriormente esses atos foram registrados como marco nos estudos de políticas sociais.

Os estudos da origem das políticas públicas em uma linha do tempo, é visível a limitação de análises e como os estudos existentes tendem a ser baseados em marcos históricos que tiveram grande importância também na política em um âmbito geral da história. A expressão política pública só veio a ser utilizado anos depois. Segundo Marques (2013) a princípio os estudos sobre políticas públicas no Brasil eram direcionados para as análises macrosociológicas que tem o objetivo de apresentar os efeitos das políticas na sociedade brasileira em diversos tipos de desenvolvimento tanto social, econômico e formação de classes.

As tomadas de decisões em relação a criação de políticas públicas não estavam atreladas somente a um setor da administração pública, era dividido em vários setores, com patamares de poder discrepante. Por esse motivo a hierarquia foi um dos principais desafios na implementação das políticas públicas no Brasil.

Após o Brasil estabelecer a publicação da constituição federal de 1988, os direitos sociais que têm como finalidade resguardar os direitos mínimos de qualidade de vida dos indivíduos, começam a partir daí a serem assegurados e promovidos, vindas através das políticas sociais.

Em sequência, após o fim da ditadura militar, a sociedade passou por uma transição gradativa, outrora sem nenhum tipo de participação política, para uma redemocratização, que vos deu enfim a autoridade de ser responsável em partes, de externalizar em forma de reivindicação pelos seus direitos assegurados em lei.

Em seguida, foi dado ao governo do período de 2003 a 2011 um considerável destaque na área de políticas públicas, por conseguir feitos que resultou em um progresso econômico, bem como o desenvolvimento social. O governo se manteve por oito anos em crescimento no âmbito econômico, manteve o salário-mínimo ajustado em seu tempo adequado.

No dia 12 de junho de 2023 o governo federal com influência do ministério da educação (MEC), lança o compromisso nacional criança alfabetizada, tem como principal objetivo alfabetizar 100% das crianças brasileiras até o 2º ano do ensino fundamental. A política voltada para educação segue cinco eixo de desenvolvimento da educação, o primeiro é gestão e governança, formação de profissionais da educação, infraestrutura física e pedagógica, reconhecimento de boas práticas e sistemas de avaliação. A motivação da implementação do projeto veio através de dados do Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), que em 2021 registro uma queda significativa de crianças alfabetizada, de 56,4% das 2,5 milhões de crianças que concluíram o ensino fundamental não são alfabetizadas (GOV,2023)

A condição de bem-sucedida para as políticas públicas, se dá através da aprovação social, além de todos os processos se saírem como planejado na fase de elaboração. No que se diz respeito a elaboração, para alcançar os objetivos almejados no início do planejamento de uma política pública, é necessário deliberar sobre a opinião pública, a participação da sociedade em audiências públicas são direitos de todos, para estar consciente do que se é decidido nessas reuniões, é de extrema importância à presença, bem como a cooperação para as decisões que afetaram a todas as pessoas

A proposta estabelecida no conceito de política pública é atender as reivindicações da população, assim como solucionar os problemas públicos de maior urgência de ser sanado com qualidade, buscando promover o bem-estar social, como também o desenvolvimento do país. A partir do momento que esse proposito não é de fato executado, não fara mais jus ao termo política pública.

4. POLÍTICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS

A estrutura vigente da educação no Brasil, sendo hoje uma educação, inclusiva, acolhedora, provedora de interações humanas, são relativamente recentes, por volta do final do século XIX e início do século XX, em virtude de medidas e mudanças dadas pelas reformas de 1990, pela lei de diretrizes e bases da educação nacional.

A educação é um pilar básico para a construção de uma sociedade mais justa, desenvolvida e solidária, em que a cidadania pode ser exercida de maneira plena. Em consonância com a diretriz traçada no art. 205 da Constituição Federal, o País tem investido de forma expressiva em projetos educacionais que permitam ao cidadão brasileiro assumir uma postura mais crítica frente aos desafios do século XXI. (LIVRO BRANCO DE DEFESA, 2016c, p. 22)

As políticas públicas educacionais, como o próprio nome estabelece, estão diretamente ligadas a educação, porém no âmbito escolar, em outros termos, são as decisões tomadas pelo estado em relação ao ambiente de ensino e aprendizagem. São através dessas políticas públicas que são realizadas melhorias no meio escolar, como exemplo: as reformas da estrutura de prédios e edifícios, contratação de profissionais, dentre outras ferramentas para aprimorar e enriquecer o cenário educacional.

Ao traçar os direitos sociais no artigo 6º, utilizar a educação como o primeiro elemento, denota a importância que a educação tem para com as outras áreas assistidas pelo estado com os direitos sociais, sendo eles documentados na constituição federal, educação, saúde, alimentação trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância, e as assistências aos desamparados.

Diante de toda a trajetória da educação no Brasil, carregada de muitos altos e baixos, os governos de 1995 e 2003, foram marcados por grandes marcos para a educação, devido as propostas de emendas, programas e reformas, que sanariam problemas manifestados pelos educadores e profissionais da educação, como os livros didática, o salário, a qualidade no ambiente de trabalho.

Os programas que tiveram destaque neste período foram: FUNDEF(1996), exame nacional de cursos (ENC- provão) criado em 1996, exame nacional do ensino médio(ENEM) lançado em 1998, O Programa Universidade para Todos (PROUNI) lançado em 2004, o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) de 2007, A instituição do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização do magistério – FUNDEB também em 2007, e o plano de desenvolvimento da educação – PDE.

O ministério da educação em 2007 definiu o PDE em 52 ações, porém subdivididas em eixos da educação; Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e Educação Continuada. Tendo adicionado posteriormente acréscimos de ações: FUNDEB, Provinha Brasil, Luz para todos, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas, Olimpíadas Brasileiras da Língua Portuguesa escrevendo o futuro, Mais Educação, Caminho da Escola, Saúde na escola, Educação Especial, Brasil alfabetizado, Projovem, Piso Salarial do magistério, Sistema Nacional de Formação de Professores, Expansão do Ensino Superior, dentre muitas outras ações anexadas ao plano de desenvolvimento da educação.

4.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

O plano de desenvolvimento da educação foi um programa criado em 2007 pelo ministério da educação, foi desenvolvido em conjunto com o plano metas compromisso todos pela educação, regido pelo decreto lei nº 6.094. De acordo com o próprio ministério da educação o plano foi desenvolvido para ser um plano de longo prazo com intuito principal de organizar tornando a educação sistemática, e desenvolver da melhor maneira a educação. O plano segue cinco eixos; Educação básica; Educação superior; Educação profissional, alfabetização e diversidade.

A união como grande protagonista, os Estados, distrito federal, Estados e municípios são os membros que irão garantir os direitos a educação. A União juntamente com o PDE tem maior papel na criação das políticas públicas educacionais. Vinculado com a constituição de 1988 que tem como finalidade instruir e construir uma sociedade livre, igualitária e empática, minimizar a pobreza e as suas consequências, acabar com todo tipo de discriminação.

Uma das principais vertentes do PDE é exaltar a importância dos profissionais da educação, e sua formação e especialização na educação. O piso salarial do magistério assegurado pela emenda constitucional nº 53 enfatizam a relevância do educador para o desenvolvimento do estado.

Em busca de distinguir quais eram os transtornos que abalavam a educação, o PDE criou a prova Brasil, que é o sistema nacional de avaliação do nível da educação básica, hoje denominado SAEB, é desenvolvido pelo INEP/MEC, com objetivo de examinar o ensino através de testes e questionários.

As principais ações do plano de desenvolvimento da educação foram: O programa universidade aberta do Brasil que trata de formação de professores; piso salarial nacional para professores; lançamento dos planos de ações articuladas (PAR); programa Luz para Todos na escola; programa nacional de informática na educação (PROINFO); tv escola; programa Brasil Alfabetizado.

4.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB)

Na transição entre FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que vigorou de 1997 até 2006, para FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) dispôs de algumas melhorias, a principal delas foi a inclusão de maior responsabilidade da união com a educação básica, e por esse motivo houve um considerável aumento de investimento. A emenda constitucional nº 108 de 27 de agosto de 2020 passa a ligar a união com os estados, DF e municípios, e torna o FUNDEB uma ferramenta de prosperar permanente a educação básica pública.

O FUNDEB é denominado como um conjunto de fundos de arrecadação de impostos, que são destinados a toda educação básica, os recursos são divididos entre estados, distrito federal e municípios, somando no total 27 fundos, regulamentado pela lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Utiliza como meio de compartilhamento de recursos para toda a educação básica: educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio. Em resumo o FUNDEB recebe o dinheiro dos impostos e da união, e repassa para os fundos, esse dinheiro é destinado principalmente para valorização dos professores e para manutenção e melhoria que o ambiente de aprendizagem carece.

Cada uma com sua função, o FUNDEB depende de instituições para seu desenvolvimento e sua administração, são elas: INEP que realiza o censo escolar; o FNDE responsável por monitorar os recursos do FUNDEB e verifica e estabelece a parte técnica; Ministério da economia define e realiza atividades que envolve os 27 fundos; Banco do Brasil distribui os recursos; caixa econômica mantém contas específicas.

5. EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTRUTURA E ETAPAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação traz consigo o poder de transformar, desenvolver, e mover o mundo, assim como abrir portas que trarão novas oportunidades, para disso, desenvolvi e expande o pensamento crítico, é através do conhecimento adquirido em virtude da educação que tudo passou a funcionar como deve ser.

Antes da criação da constituição federal de 1988, as metodologias de ensino e aprendizagem eram extremamente antiquadas e rígidas, voltadas para civilidade e bons modos. As crianças eram tratadas como adultos com baixa estatura e em casa tratados como meios de entretenimento e distração (ARIES,1978). Diante da criação da constituição federal de 1988 mudanças começaram a ser feitas, isso se deve pelas insistentes manifestações da sociedade.

Com a falta de conhecimentos pedagógicos, além da não regularização de métodos de ensino que vieram a partir da criação da constituição federal, criada em 1998. Os métodos adotados sem normas eram modos que não estavam focados na educação propriamente dita, consistiam em enaltecer as civilidades e bons modos acima de tudo, com práticas de cobranças antiquadas, além de demasiadamente rígidas.

O direito da criança de 0 a 6 anos a uma educação de qualidade e melhores tratamentos, vieram em razão da lei de diretrizes de base educacional nacional, lei nº 9394 de dezembro de 1996. Em razão disso a educação infantil começou a considerar as crianças como ser humano pensante e não somente como alguém que pertence a outra pessoa. A lei de diretrizes e base da educação (LDB), dividiram a educação como um todo em dois grupos: a educação básica e a educação superior.

A educação básica é instituída pela LDB por etapas, sendo dividida entre: a educação infantil que integra crianças de 2 a 5 anos; o ensino fundamenta I com crianças de 6 a 10 anos; ensino fundamental II com adolescentes de 11 a 14 anos; e por fim o ensino médio com adolescentes de 15 a 17 anos.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, é a partir dela que as crianças desenvolvem suas identidades, a lei nº 12796/13 tornou a educação infantil obrigatória, além de designar o desenvolvimento por completo da criança, na perspectiva física, emocional, intelectual, assim como o uso direto da linguagem através de conversas, a interação social com os colegas de classe.

É o período mais cansativo para os educadores, pelo peso que carregam devido a importância que essa etapa traz, é neste período que é introduzido os primeiros ensinamentos de alfabetização, é a alfabetização que vai formar a base do conhecimento da criança para se desenvolver no decorrer das etapas da educação, é através desta fase que é desenvolvido a autonomia através da escrita e leitura.

A alfabetização é o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita. (VAL,2006, p. 19).

A lei nº 3675/04 após sua aprovação, tornou-se a lei ordinária 11274/06 onde considera o tempo de nove anos para o ensino fundamental completo (anos iniciais e finais). A lei citada ainda prevê a etapa de alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental, não mais como anteriormente que se integrava a educação infantil.

O período inicial do ensino fundamental tem como objetivo de desenvolver o domínio da leitura, apresentar a matemática, a escrita, valores, senso crítico, as artes e principal dar assistência para adaptação social da criança. O ensino é obrigatório registrado em lei, os pais e responsáveis são os autores da matrícula e o governo é quem tem a obrigação de oferecer vagas nas instituições de ensino.

Já na etapa dos anos finais do ensino fundamental, engloba uma maior carga de conteúdos, conseqüentemente com maior dificuldade de compreensão, desenvolvendo o senso de responsabilidade e independência, esta fase da vida escolar é de extrema importância para a preparação do adolescente para ingressar no ensino médio.

O ensino médio é a última etapa da educação básica, com duração de três anos, o ensino médio está atrelado diretamente ao processo de amadurecimento dos adolescentes, tendo como objetivo prepará-los para o mercado de trabalho e o ensino superior, fazendo dar início aos planos de carreira, assim como qual profissão seguir. Segundo a lei nº 9394/96 da LDB as finalidades do ensino médio são:

- a) Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- b) A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições ou aperfeiçoamento posteriores.
- c) O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- d) A compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos dos processos produtivos, relacionando-o com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB, Art.35)

O ensino médio executado, e apresentado de maneira eficiente, tal qual com o máximo de absorção de conhecimento adquirido, os alunos tendem a uma maior adaptação na vida adulta, na vida universitária ou qualquer outro caminho que decida seguir no período.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA TERÇO VENÂNCIO

Localizada no distrito da cidade de redenção, em Antônio Diogo aproximadamente 12km de distante do centro de redenção, a escola municipal Terço Venâncio dispõe de oito salas de aula, que integram séries de ensino fundamental entre o 1º até o 5º ano, organizadas entre os períodos manhã e tarde.

A escola atende crianças de 6 a 10 anos de idade, somando em um total geral um equivalente a 374 alunos matriculados atualmente (junho/2023) na entidade pública, sendo eles divididos nos anos iniciais do ensino fundamental I. Em análise o ensino fundamental I, da

escola Terto Venâncio, detém alguns programas e projetos públicos, com intuito de melhorar o ambiente de aprendizagem, bem como melhorar a experiência e vivência dentro da escola.

No do ambiente escolar existe normalmente muitos desafios, no Brasil propriamente dito um dos principais obstáculos para uma educação de qualidade vão da dificuldade na locomoção, falta de investimento, até a escassez de inovação no sistema de ensino. Na escola Terto Venâncio não é diferente, dentre as deficiências analisadas e apresentadas através de entrevistas, o espaço onde a escola está instalada é um dos maiores desafios do cotidiano educacional, apesar das programações e esforço de fazer as atividades, as brincadeiras, ou qualquer outro tipo de entretenimento dentro da escola, acaba sendo difícil colocar em prática, devido ao pouco espaço.

“frente ao espaço limitado, é inviável no pátio da escola, as atividades que fazemos no pátio é muito limitada, não podemos colocar todos os alunos de uma vez para nos reunirmos em um momento de descontração.” (Diretora da escola Terto Venâncio)

Ainda sobre os desafios, a escola enfrenta também como um obstáculo a negligência da comunidade para com a escola. A participação da população de todos é muito importante para o desenvolvimento da educação, assim como o ambiente de aprendizagem.

“à falta da participação da comunidade nas atividades escolares, tanto as abertas ao público, festas, feiras, assim como no dia a dia letivo, esses fatores entristecem o núcleo gestor e os profissionais que compõem a escola, até mesmo os próprios alunos.”(Diretora da escola Terto Venâncio)

A educação física tem em partes o papel de motivar a movimentação física, como manter hábitos saudáveis. É capaz também de aprimorar o uso da opinião, habilitar a importância do respeito no ambiente esportivo e a solidariedade, dentre muitos outros benefícios. Questionada quais resultados as políticas trouxeram para a escola, a diretora diz que a prática de educação física foi uma das principais conquistas ocasionadas pelas políticas públicas para os alunos.

6.1 PROJETOS PRESENTES NA ESCOLA MUNICIPAL TERTO VENÂNCIO

A gestão destaca quatro projetos trabalhado constantemente dentro da escola: O programa de educação contra a exploração da criança e do adolescente, viajando na leitura, feira cultural de história, roda de conversa com “familiares”. Os projetos fizeram a diferença no ambiente educacional da escola Terto Venâncio.

6.1.1 PETECA

Em 2009 no Ceará chegou até as escolas públicas, o programa de educação contra a exploração da criança e do adolescente, mais conhecido como PETECA. O programa veio com intuito de abordar a temática no cotidiano da escola, trazendo conscientização, e um alerta para a comunidade como um todo.

No período de 2019, a estimativa do IBGE era de 293mil cearenses entre 5 e 17 anos trabalhavam. O crescimento do programa o tornou em uma espécie de rede colaborativa. Com isso índices do trabalho infantil reduziu em 70% entre 2009 e 2016 de acordo com o IBGE.

O programa aborda diversas áreas da literatura até a música, o teatro, curta-metragem e desenho, abordando sempre o tema trabalho infantil. Os melhores trabalhos são premiados. O município de Redenção de Redenção foi premiado no ano de 2016 na categoria de música e paródia, com um Rap, enfatizando a importância do combate ao trabalho infantil. Englobando não só as crianças e adolescentes que frequentam as escolas, mas toda a família é afetada, assim como toda a comunidade. (site do município de Redenção)

O programa também debateu um vídeo chamado "você viu a Rosinha?". Produzido pela professora Célia Gurgel da universidade Federal do Ceará UFC em 2007, o vídeo conta a história de uma criança humilde que reside no interior e é levada para morar com sua madrinha para estudar na capital. Um ano depois sua mãe foi a sua procura na capital e não a encontrou, através de informações de vizinhos ela ficou sabendo que sua filha não estava estudando e sim fazendo os trabalhos domésticos da casa e cuidando dos filhos de sua madrinha.

Na escola Terto Venâncio o programa é trabalhado de maneira lúdica de acordo com a idade, para que o objetivo do projeto seja atendido, no qual é a erradicação do trabalho infantil. Através de peças teatrais, onde os próprios alunos atuam e apresentam para os outros situações de abuso, de exploração, ou qualquer outro tipo de cenário em que seus direitos estão sendo desrespeitados. Paródias, poesias, pequenas palestras ministradas por agentes tutelares. Todas as programações trazem para dentro da escola a consciência da importância dos direitos da criança.

É inevitável a percepção do cuidado da escola para com o aluno e família, a falta do aluno dentro da sala de aula é um motivo de todo o núcleo gestor se preocupar e se mobilizar para estar a par das circunstâncias da ausência. Diante dos índices altos de evasão escolar na zona rural anos atrás, antes da criação do projeto peteca, com intuito de começarem a trabalhar na roça de cedo, os alunos abandonavam a escola, em virtude disso, a escola faz vista grossa para que esses índices não voltem a subir.

Com a abordagem mais simples, fazendo com que dessa forma a criança esteja ciente do assunto, é mais eficaz identificar e se libertar dessa situação, levando com que as próprias crianças saibam o que fazer, seja através de denúncia para os profissionais dentro da escola, quanto para os profissionais responsáveis do conselho tutelar. O projeto presente dentro da escola enfatiza a importância de educação, e como vivenciar situações de abuso e trabalhar no período da infância, prejudica o desenvolvimento intelectual da criança e futuramente profissional.

6.1.2 VIAJANDO NA LEITURA E NA ESCRITA

O projeto tem muitas finalidades, com propósito de progredir o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças, através da gramática e o domínio da leitura, além de fornecer o acesso a livros com temáticas variadas, assim podendo identificar personagens, bem como cenários e fatos.

Incentivar o uso do vocabulário, ao exercitar a oralidade nas contações de história e contos, importante salientar que através do programa as crianças expressam as suas emoções, assim como seus sentimentos. O uso da criatividade é utilizado nas brincadeiras, bem como quando as crianças contam a histórias na sua perspectiva, sem estar lendo em livros.

O projeto na escola Terto Venâncio é desenvolvido através de rodas de leitura dentro da sala de aula, frente espaço insuficiente no pátio a interação entre as diferentes series é inviável, prejudicando a socialização. Com livros de contos, dentre outros do universo infantil, são feitas apresentações de fantoches, exibição de filmes que correspondem ao livro lido anteriormente. O programa trouxe para dentro da escola o interesse da parte dos alunos pela leitura, além da procura de livros na biblioteca, quanto mais a leitura é incentivada dentro do cotidiano da criança, mais ela vai se interessando, e ainda leva pra vida a importância da leitura.

6.1.3 FEIRA CULTURAL DE HISTÓRIA

A feira cultural como próprio nome retrata, é um evento aberto à visitação, onde é explorada todas as áreas, artes, dança, teatro, a oralidade. Na escola Terto Venâncio as turmas exibem seus trabalhos e apresentações artísticas. O tema utilizado foi a história como tema geral, cada sala estabelece um tema específico dentro do universo da história.

Juntamente com os professores cada sala trabalha seu tema escolhido, escolhe sua forma de expor seus conhecimentos, esse método torna o aprendizado mais leve, ao se aprofundar no tema é possível assimilar com mais facilidade os conteúdos dados em sala pelo professor.

O objetivo da feira é desenvolver o espírito escolar, exercitar o senso de responsabilidade ao escolher uma apresentação para expor para toda a escola e a comunidade, desempenhar o trabalho em equipe para concluir e entregar ótimos trabalhos, além de aprofundar-se os conteúdos dados em sala de aula.

6.1.4 RODA DE CONVERSA “COM FAMILIARES”

Em busca de um ambiente educacional saudável, é necessário manter uma boa comunicação, tanto entre o núcleo gestor, quanto com os pais e responsáveis. As rodas de conversa propagam a troca de experiências, conversas, e vivências, tornando o espaço mais democrático para ambas as partes.

A escola Terto Venâncio traz roda de conversa com os familiares como uma forma de tornar a experiência uma ferramenta necessária, para torná-la frequente dentro do possível. Os pais e responsáveis trazem para a roda seus questionamentos e os problemas, os professores e o núcleo gestor da mesma maneira expõe seus desafios.

Apesar da intenção do projeto ser uma alternativa visável, para aprimoramento do ambiente educacional, assim como o aumento da participação da comunidade dentro da escola, a presença dos pais e responsáveis é muito restrita, nem todos estão dispostos a comparecer e fazer parte do projeto, contribuindo para a qualidade do ambiente de ensino.

7.RESULTADOS OBTIDOS

A gestão da escola municipal Terto Venâncio, foi o primeiro meio da pesquisa, a escola que consiste em séries do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Através de entrevistas com a gestora e feita uma análise de quais influências as políticas públicas têm dentro do ambiente educacional, quais efeitos, e quais melhores.

A entrevista foi realizada por meio de uma conversa sem roteiro, com perguntas simples e claras referente as políticas públicas presentes no dia a dia da escola. A entrevista se inicia com o questionamento de quantos alunos tem atualmente (JUNHO/2023) matriculados na escola, atualmente são 374 alunos matriculados com a faixa etária de 6 a 10 anos.

Foi questionado quais são as principais políticas públicas presentes na escola, foram citados pela gestora os seguintes projetos: PETECA é um projeto estadual, presente em todas as escolas do ceará; O projeto viajando na leitura uma iniciativa criada pela própria escola, com intuito de influenciar os alunos no interesse pela leitura; A feira cultural de história é um projeto de todas as escolas municipais de redenção-ce; Roda de conversa “com familiares” é uma tentativa de aproximar o núcleo gestor com os pais e responsáveis dos alunos.

Questionada dos efeitos que as políticas públicas trouxeram para o ambiente educacional, a gestora trouxe para a entrevista casos da escola, como a diminuição da evasão escolar, que após a inclusão do PETECA na escola a frequência escolar só aumenta, além das práticas de leitura, a prática do exercício físico.

Apesar das melhorias relatadas anteriormente, existem as ausências de políticas públicas educacionais relacionadas a estruturas e melhorias de edifícios, a escola sofre com transtornos por conta do espaço limitado, inadequado e inviável para realização de qualquer atividade fora da sala de aula.

As políticas públicas afetam sim o ambiente educacional, através da entrevista foi confirmado o poder que os projetos têm dentro de uma escola, tanto na área educacional incentivando a leitura e da escrita; na área econômica com os recursos repassados para a escola, social com os projetos culturais e até mesmo na saúde nas práticas de atividades físicas. Porém quando não estão presentes fazem muita falta, na escola Terto Venâncio está na área de infraestrutura.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura de investigar as políticas públicas que compõe a escola Terto Venâncio. O presente trabalho de conclusão de curso, apresenta quais projetos estão de fato inseridos no ambiente educacional e de aprendizagem, assim como expor quais foram as formas de abordagens e como funcionam.

As políticas públicas é uma das principais e mais importantes ferramentas para melhorar o desenvolvimento da educação, ampliar os resultados, trazer bem viver para a sociedade, através de cursos técnicos, mais empregos, entre muitos outros. As escolas públicas tendem a utilizar os projetos como oportunidade de entreter os alunos, também em partes a comunidade.

Dentro do ambiente escolar é nítido a frequência de contingências, mas rápido ainda necessita ser a ação para solucioná-la, mantendo assim a escola em ordem e tranquila, para o processo de aprendizagem. Terto Venâncio, escola municipal onde a pesquisa foi aplicada, não seria diferente. Através da análise de campo, e entrevista feita com a diretora Silvia Helena foi constatado entre as dificuldades a limitação de atividades de entretenimento e descontração no dia a dia, devido ao pouco espaço disposto. Apesar da escola ter sido reformada recentemente, pintura renovada, portas, ventiladores, o espaço não foi ampliado.

Diante dos esforços apresentados pelos docentes e pela direção, apesar das dificuldades o trabalho é entregue, fazendo sempre uso do respeito e do amor pelas crianças, A gestão do município de redenção é eficiente no que se fala de projetos na área da educação, a preocupação nas preparações dos professores e diretores também.

Com o resultado obtido através do questionário coma diretora Silvia Helena notasse a necessidade de políticas e/ou ações de nível municipal ou mesmo Estado que visem a melhoria estrutural. Visto que a mesma interfere direta e indiretamente na execução das atividades de ensino e extensão promovidas pela escola aos alunos e comunidade local. É notável a iniciativa da escola da escola em aproximar a comunidade na participação escolar de seus filhos. Faltando de fato o auxílio de fato do Governo para sua execução com êxito.

É importante salientar que mesmo com as barreiras diárias, as atividades trazem resultados positivos, no que tange a aprendizagem e evolução das crianças. O que reforça a grandeza da necessidade de tais melhorias, os resultados seriam cada vez melhores.

9. REFERÊNCIAS

Adão F. de Oliveira, “**políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**”. livro Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99

ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed.LCT, 1978. Disponível online em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf . Acesso em: 16 de junho de 2023

ARAÚJO, Diane Gracielle Avelar. “**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: Instrumentos de Garantia Do Bem-Estar Social - Brasil Escola.**” *Monografias Brasil Escola*, disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/trajetoria-historica-das-politicas-publicas-no-brasil-instrumentos-de-garantia-do-bem-estar-social.htm> . Acesso em: 25 de maio 2023

BRASIL. **Constituição** (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei nº 14.113**. Brasília, 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº6.094**. Brasília, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. governo federal lança compromisso nacional criança alfabetizada. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. MEC; 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2023

BRASIL. Supremo tribunal federal. **STF na escola**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/hotsites/comvoce/cartilha_A5.pdf . Acesso em: 10 de agosto de 2023

COSTA, A.S.F; AKKARI, A.; SILVA, R.V.S. **EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE**. Dossiê temático, p. 73–91, 2011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/666/553/1083> . Acesso em: 16 de maio de 2023

CHIAVENATTO, Idalberto. **Princípios da Administração: o essencial em teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CYRY, C. R. J. **A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**. *cedes*, v. 23, n. 80, p. 168–200, setembro 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso: 20 de maio de 2023

DOURADO, L. F. **POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: LIMITES E PERSPECTIVAS**. *Educação & sociedade*, v. 28, n. 100, p. 921–946, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWrr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso:20 de maio de 2023

DUARTE, M. S. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. *Revista Polyphonia*, v. 19, n. 2, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital** - 4a ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 798 p.

OLIVEIRA, N. F. de B.; SILVA, D. da. **A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO**. *Faculdade Sant’Ana em Revista, [S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 190-203, 2019. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/567>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PETECA, Rede. **Resultado final do prêmio mpt na escola 2015 (etapa nacional)**. Disponível em: <https://peteca2008.blogspot.com/2021/05/atividades-do-peteca-voltadas-para.html>. Acesso em: 05 maio de 2023.

SANCHES, Emilia Cipriano. *Creche – realidade e ambiguidades*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20 a 45 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de abril 2023

VAL, Maria da Graça Costa. **O que é ser alfabetizado e letrado? 2004**. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). *Práticas de Leitura e Escrita*. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/grades/salto_ple.pdf . Acesso: 25 de maio de 2023

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. **Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: um Campo em Construção**. In Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 8, n. 14, jan. 2011. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/11/sur14-eng-full.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

VIÉDES, S. C. A.; DE MIRANDA ARANDA, M. A. **A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO EM FOCO**. 09 a 11 de setembro de 2019. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/viewFile/5788/5844>. Acesso em: 19 de julho de 2023

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Tradução. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.